

FILOSOFIA E CRÍTICA SOCIAL

Hubert Lepargneur

A grande maioria das teses de Filosofia versam sobre algum ponto de História da Filosofia, algum aspecto menos analisado de um pensador conhecido ou menos conhecido. Esse resultado assegura tanto ao estudante quanto ao diretor da tese certa tranqüilidade, liberdade para pesquisar e sobretudo para expor o resultado da investigação sem serem acusados de perturbar gratuitamente a ordem social. Neste contexto, pouca oportunidade se tem de ameaçar preconceitos sedimentados na vivência diária ou ideologias com vento em poupa. A troca de opiniões eruditas ou a descoberta de alguns elementos biográficos pouco conhecidos porque de pouco interesse para o bem comum da sociedade não costumam envolver as pessoas ao ponto de criar mortais inimizades. Convém a serenidade não apenas à ciência mas a qualquer pesquisa que a tem por modelo. Até os herdeiros do pensador costumam conservar uma indiferença respeitosa, neutra, senão francamente benevolente. Resulta que não raramente a tese de Filosofia é mais de História (disse ou não disse isto ou aquilo ?) do que de puro pensamento (aliás, não será mais fácil ou mais seguro manejar arquivos do que lobes cerebrais ?): a glória é sutil de ter mostrado convincentemente que fulano sofreu a influência de sicrano, e, por sua vez, pode ter inspirado beltrano. Numa tese importam menos os pensamentos do que os concatenamentos. Quem pode mudar o mundo não vai escrever tese de Filosofia; se por acaso mudar algo, é inesperadamente e graças à bênção de alguma divindade. O passado apresenta também a vantagem de oferecer assuntos em número infinito: é só escolher uma pequena área de investigação cujo domínio é questão de tempo.

Se descermos nas evidências do presente, amplo consenso ratifica que existe exagerado desnível ou divórcio entre a teoria e a prática, que o existir vivencial do povo é primordial, que a especulação sobre as essências não deve desviar-nos da atenção devida à existência do ser-no-tempo, dublado ser-para-a-morte conforme os esclarecimentos de Heidegger. A Ideologia deturpadora, o preconceito que altera o relacionamento com o objeto, as lutas de interesses, tudo isso parece desprezível e mesquinho aos olhos do filósofo, cuja vocação era tanto de contemplar a serenidade inofismável do Ser (ser-no-tempo, espírito encarnado, hoje em dia), que hábito se formou de silenciar os fatores indevidamente perturbadores.

Esta posição, contudo, torna-se insustentável tratando-se de Filosofia Social, porque a vida em sociedade é um processo essencialmente

imperfeito e perfectível, profundamente conflitual, no qual o indivíduo rivaliza com o indivíduo, as categorias, grupos ou classes lutam com gêneros e nação contra nação. Afinal, de que trataram Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu e tantos outros, senão da situação do indivíduo na sociedade a fim de que se determinem judiciosamente as normas da minoração da desarmonia social que sempre ameaça? Na raiz de qualquer Filosofia Social ou Política perfila-se uma Antropologia de natureza filosófica, que se pretende respeitosa dos dados mais concretos alcançáveis pela observação. Tomar consciência das contradições do existir social histórico, portanto, não é caça reservada do marxismo; tem a ver com a mais clássica Filosofia Social, enquanto esta não se reduzir arbitrariamente à elaboração de alguma UTOPIA mais admirável (ou temível) do ponto de vista estético do que seguível em termos de atuação sócio-política.

Esses prudentes prolegômenos limitaram-se a explicitar o que consideramos como patrimônio pacífico do pensar. Até onde o papel analítico-crítico da Filosofia Social ou Política pode descer no concreto sem se substituir à política? Não pode prescindir nem do concreto nem da abstração, mas talvez se possa avançar um pouco em direção aos "Fazedores da História" sem descuidar da devida preocupação com a objetividade. A politização propriamente dita das Universidades ou das Faculdades de Filosofia não é aconselhável por se revelar um fator de perturbação da pedagogia e da pesquisa de nível científico. Universidade e Faculdade são instrumentos de conhecimento e progresso do conjunto da nação, contendo sobre a inteligência e o espírito de serviço e iniciativa de suas elites, e não um grupo de partidários, de qualquer orientação que seja, prontos aliás a deixar a militância idealista para cuidar dos interesses patrimoniais uma vez assentados nas poltronas da sociedade. Sobre o tema temos pouco a acrescentar às pertinentes reflexões do matemático e socialista professor Laurent Schwartz, no seu livro sobre a Universidade moderna felizmente traduzido para o português.

I. ENTRE PURA ESPECULAÇÃO E POLÍTICA ENGAJADA

1. O Rumo da Reflexão Filosófica

A primeira norma da ética, que consiste em assumir a responsabilidade das próprias opções deveria marcar a atuação universitária como o pensar filosófico, tanto por coerência científica quanto por adesão à ética comum. Esta norma necessita não apenas ser seguida e vivida, mas analisada e definida senão aprofundada. A Filosofia Social não tem de decidir se convém politicamente, (isto é, oportunamente, numa análise de situação que ultrapassa simplesmente a competência do universitário especialista) nacionalizar a indústria dos minicomputadores ou a indústria cinematográfica; outros órgãos

são incumbidos desta decisão, por bem ou por mal. Como qualquer cidadão, é claro, o universitário, ainda que filósofo, pode ter sua opinião pessoal, fundamentada ou não, sobre estes e muitos outros assuntos. Só que o simples acúmulo de opiniões num país não chega a bastar para constituir-se uma democracia e tampouco para assegurar rumos aproveitáveis para a nação inteira. Mas não seria ultrapassar a competência universitária ou filosófica, eventualmente, explicitar as implicações de cada opção e preparar de certo modo a comunidade a arcar com as seqüelas de suas opções e omissões.

A Filosofia não substitui em caso algum a política, com desculpas para Platão e seu filósofo-rei, mas cabe ao "Pensador" definir os sistemas nos quais operam as opções políticas. Ainda que o tempo na vida de um indivíduo seja pouco e por isso exija escolhas drásticas, com ressalvas pela elite que consegue dormir apenas de três a cinco horas por dia ou noite, já sugerimos que o filósofo pode militar no partido que melhor lhe convier e mesmo freqüentar comícios se não achar o nível da argumentação um pouco prosaico. Mas não lhe é aconselhado misturar os papéis e tampouco enganar o próximo com chantagens fora de sua competência.

Teoricamente somos a favor da liberdade de expressão, do pluralismo, dos posicionamentos, da tolerância nos limites do bem comum não comercializáveis. De fato, esta situação ideal raramente existe, e não poucos sonham nos países do leste em que menos ainda existe (Liberdade supõe um mínimo de informação e não poucos soviéticos hoje em dia ignoram que seu país está travando no Afeganistão uma guerra menos honrável que a II Guerra Mundial). Não criticamos os filósofos por ter deixado grassar a intolerância, mas por não ter analisado suas condições de expansão. O que se pede à Filosofia, aos filósofos se for possível, é **dispor de certo recuo** para denunciar (com um pouco mais de profundidade do que se espera de um jornalista) males que se chocam com princípios admitidos na esfera do teórico e que pouco tocam na terra e na história. A História da Filosofia nos perdoem, está repleta de discussões sem fins sobre problemas não apenas insolúveis, mas vão, fúteis, nada mudando na história ou na cabeça dos homens.

Apontamos um exemplo de tal amplidão que poucos conseguem enxergá-lo ou denunciá-lo com a devida frieza. Mas não é desejável que o filósofo se despoje de todo respeito humano ao ponto de enxergar e talvez explicitar que o rei pode pegar um resfriado, isto é, apontar o óbvio e reconhecê-lo? Quem tem seguido com certa atenção e perseverança, durante os últimos 25 anos (na medida do possível individual), a produção dos meios de comunicação (de massa? a massa brasileira não lê jornal) no Brasil, com a máxima isenção de espírito e recuo filosófico, constata que num ponto pelo menos existe extraordinário consenso tanto

dos governantes quanto da Igreja (Hierarquia ou Teologia da Libertação): o "Povo" brasileiro (cujo conceito chegou a substituir de maneira comum o conceito mais abrangente, mais objetivo porque não é discriminativo dentro das fronteiras e mais científico, de "Nação" ou sociedade civil em geral) é **essencialmente bom** (como jornalista paulistanos acham que alguns outros povos são visceralmente ruins). O mal de que sofremos, **portanto** não vem, qualquer que seja, **nem pode vir dele**. A pura vítima é inocente e isto nem se discute. E quem fala é sempre "do lado do povo". Logo o mal vem de fora, do estrangeiro, e não poucos apontam com incrível segurança os bodes expiatórios que menos esforço de imaginação requerem: a CIA, o FMI, o imperialismo norte-americano ou europeu (não sem nítidas discriminações no seio do Mercado Comum Europeu: A Itália é intocável por razões óbvias; na Alemanha, apenas a sombra do contrato nuclear, na Suíça apenas a sombra da Nestlé etc.). Também os inimigos mais selvagens do "Capitalismo" (daquilo que eles chamam de capitalismo) não costumam fulminar contra o Japão, apesar de sua muito boa posição dentro do capitalismo; todavia japonês é inteligente e trabalha, isto ninguém contesta. Mais estranho é que a fúria anticapitalista em nada se volta contra os países árabes do petróleo, cuja enorme renda é puramente capitalista, nada devendo ao trabalho e tudo ao fato de Allá ter colocado riqueza líquida debaixo de seus pés e os norte-americanos ter encontrado os meios de tornar útil esta riqueza. Filósofo não precisa julgar (Platão se deu mal com isto em Siracusa, com o filho do tirano Dionísio), mal lhe cabe analisar e não apenas as idéias eternas. Não se nega aqui que alguns governantes do passado tenham compartilhado interesses escusos com estrangeiros.

Este notável consenso precisaria exame um pouco objetivo e crítico, excluindo preconceitos ideológicos. Será sustentável esta idéia implícita, que não parece incomodar o público bom, de que existem nações intrinsecamente boas e nações intrinsecamente ruins, independentemente de seus governos e governantes? Como uma nação inteira que, há trinta anos, era intrinsecamente boa passou a ser indiscutivelmente intrinsecamente ruim? Uma reflexão sócio-política que divide o mundo entre um "nós", do bom lado" (sobretudo quando prescinde, mediante o uso da palavra "Povo", de todos os elementos da nação que não agradam, inclusive os governantes, que não vêm da Lua nem de Marte, nem de outro país como um Kissinger que chegou a alto cargo no seu país de adoção) e um "de fora vem todo o mal", **teria alguma justificação de ordem filosófica?** Se eu tivesse a oportunidade, eu faria a mesma pergunta à Igreja sobre o fundamento religioso-cristão desta atitude que se tornou tão comum, e, ao meu conhecer, nunca suscitou a menor ressalva ou crítica. Por que tantos apóstolos da Libertação contra o poder estrangeiro são todos mudos diante das injustiças sociais geradas pelas fraudes, mordomias, nepotismos, desperdiços das estatais, comitivas burlescas de políticos nacionais em volta

em redor do mundo, coronelismo patente, diante dos maharajás de tantas câmaras municipais, vereadores magnânimos, empreguismo inútil e males similares mais comuns nos países do terceiro mundo (no meio dos quais o Brasil, em geral, não gosta ser classificado) do que nas democracias do Ocidente capitalista ? Não são ocorrências apenas anedóticas, são fenômenos estruturais que merecem alguma atenção do cientista social, filósofo ou não. Lemos todo dia críticas ao sistema, ao capitalismo, mas os mesmos autores não criticam os salvamentos pelo Banco do Brasil ou Banco Central de Empresas Deficitárias, à beira da falência, cuja "Recuperação" custa mais do que a aposentadoria de todos os seus funcionários: isto não é o sistema que se conhece como capitalismo, onde riscos e lucros vão juntos e onde os representantes da nação não costumam confundir os interesses de pequena categoria e os interesses da nação. Se na Prática a teoria é sempre outra, devemos mudar ora a teoria ora a prática. Em qualquer faculdade da Universidade, a teoria estudada tem que ser relacionada com prática, ora a prática ensaiada ora uma alternativa coerente, senão é uma poesia onde tudo vale. O que se ensina numa escola de contabilidade se os profissionais devidamente formados versam, para dividendos privados, benefícios puramente escriturários e fictícios de empresas estatais realmente deficitárias ? Inútil salientar que a manipulação verbal não é menos fácil e freqüente em não de análise sócio-política. Filosofia social não deve ser puro divertimento para inglês ver ou puro ensaio para fazer engolir pela opinião pública uma ideologia que nunca se revelou conforme os interesses da nação e do conjunto de seus habitantes. O coronelismo político ou o personalismo carismático dispensam qualquer filosofia social para quem já leu Maquiavel. Como opção política esta pode ser feita, ou simplesmente mantida, mas à filosofia não se pede fazer a opção no lugar dos cidadãos, pede-se refletir sobre as sistemáticas concretas das opções e sua afinidade com o ethos vigente.

Comparando as tabelas de imposição de renda de vários países, não somos convencidos de que a tarifa brasileira seja seriamente progressiva para os mais altos vencimentos; paga imposto é o assalariado médio e baixo que dificilmente pode enganar o fisco. Mesmo assim pensávamos que indústria pagava pesado imposto sem meio de escapar: ilusão, uma centena de importantes empresas nacionais nem pagam impostos. Basta ter a paciência de esperar que algum ministro da fazenda absolva e perdoe, após alguns anos de compreensiva falta de atenção. Mas isto interessa ou não a Filosofia, a nossa Filosofia Social e Política ? Se a Filosofia Social se interessa pela injustiça suposta que privilegiava na cidade grega, há mais de dois milênios, a classe aristocrática ou a classe guerreira, em detrimento dos artesãos, lavradores e escravos, não se percebe por que recusaria debruçar-se sobre as desigualdades estruturais e funcionais de nossa sociedade, ou então, queremos saber o significado da celebração **Filosófica** da inserção no tempo da história do existir de nossa espécie. Ninguém teria vergo-

na de escrever tese de mestrado sobre as mordomias de cônsules romanos no exterior, mas quem aceitaria escrever tese ou dirigir tese sobre os fundamentos antropológicos, éticos, étnicos ou sociais do dito "Rico no Brasil não paga imposto porque não é burro"? Muitos se tem escrito nestes anos sobre a "Relatividade da Ciência", sobre seus dias, mas não seria tão ou mais útil pesquisar esforços e metodologias que visariam maior objetividade no apanhar do pluralismo social, no fomentar do pluralismo que nasce da tolerância aberta e honesta, isto é, que prefere argumentos e dados a artigos de fé e discursos ideológicos?

Evidentemente entre o uso e o abuso, raramente o limite está claramente definido, ao abrigo das exegeses de ambas as partes. Abrimos aqui o parêntese duma comparação histórica. Entre os motivos que fazem a Santa Sé temer a teologia da libertação, medo da infiltração marxista através da explicação materialista da economia e da luta das classes eclisio-gênese que se estrutura a partir das "bases" em vez de descer de cima tal como revelação do Sinai ou o poder Sacro, tem-se a impressão que pode haver algum receio do fantasma do joaquinismo. O ex-cistercense Joaquim de Fiore (1135 – 1202) fez entrar a escatologia na história, anunciando o reino do espírito (após o reino do Pai: Antigo Testamento, e o Reino do Filho: Novo Testamento até o decisivo revival espiritual), onde a liberdade, a democracia senão o igualitarismo, iam inaugurar um reinado histórico dos pobres tornados próspero e felizes. De pouca irradiação durante sua vida, Joaquim de Fiore teve enorme repercussão na história eclesiástica nas margens da ortodoxia, sempre ameaçadora para os instrumentos do poder clerical (ameaçados de liquidação: os sacramentos, a hierarquia romana etc.) a "Utopia" escatológica alimentava com sua enorme e inesgotável Esperança a História próxima, desde o dia presente. Sobre a influência do Joaquinismo, basta lembrar: os irmãos do livre espírito (ainda que nascidos desde o século XI), Amaury de Bene (pouco ligava com normas éticas, "a Letra", preferindo lhe uma mística quase pantefsta bem ao gosto do ecologismo), Cola de Rienzo (séc. XIV, Roma), diversos "Profetas" dos séculos XV e XVI, missionários mais ou menos apocalípticos (no México por exemplo); Michelet e Vico laicizaram esta esperança, sempre conexas com perspectivas políticas. O movimento marcou ilustres filósofos: Lessing (*Die Enziehung des Menschengeschlechts* 1780), Kant (*Religion Innerhalb der Grenzen...*, 1793) Hegel (*Der Geist des Christentums und sein Schicksal* 1795), sem omitirmos Fichte; Schelling (*Philosophie der Offenbarung*, 1841) explicitou a trilogia eclesial pouco do gosto de um cardeal Ratzinger: após a Igreja de S. Pedro (da fé obediente), após a Igreja de Paulo (da atividade Missionária), deve prevalecer a Igreja Mística, mais interiorizada e livre, que seria mais conforme ao gênio de S. João: o "Reino do Espírito" predito por Joaquim de Fiore apresenta certas analogias com mais recentes evocações da teologia da libertação, sem que haja necessariamente de mérito por parte desta. O prudente Pe. Congar

reconheceu em Thomas Altizer (teólogo da “Morte de Deus” nos anos 60) lembranças deformadas da visão joaquiniana (Y. Congar, **Je Crois en L’Esprit Saint**, T. I, Paris, Cerf, p. 188, com amplas referências).

2. O lazer do olhar filosófico: vai longe e pode queimar

Com quantos séculos de recuo é-nos lícito investigar objetivamente sistemas sócio-políticos para análises filosóficas: nem digamos para fins reformistas, mas simplesmente a fim de pôr à tona a antropologia subjacente? E nem falamos da perspectiva da eficácia. Será que, sem se imiscuir com opção partidária, repetimos a reflexão filosófica no campo social seja condenada à esterilidade, como selo de sua assepsia e objetividade científica? O lema amiúde aplicado mas não explicitado nem justificado segundo o qual “Todo o mal que atinge o Brasil vem de fora” (ainda que fosse mediante a traição de bom número de dirigentes nacionais) pode ser examinado não apenas do ponto de vista de sua fundamentação, mas também do ponto de vista de sua operatividade para o bem da nação. Não são seguramente os pressupostos menos explicitados os menos ativos: nossa indagação visa precisamente a questão bem Heideggeriana de saber se o papel da filosofia não seria, entre outras tarefas, de descortinar pressupostos secretos da razão (ou desrazão) prática. Em outros termos: é o maniqueísmo profícuo para o bem comum? Serve realmente ao Povo?

Entre as fórmulas de fácil sucesso, porque realmente irresponsáveis, merece destaque frases deste tipo: “Não pagaremos a dívida com a fome do povo.” Tal afirmação consegue esconder maravilhosamente as questões relevantes: cortes das mordomias exageradas, terras improdutivas esperando valorização especulativa, fraudes nunca punidas ainda que por vezes denunciadas, leque salarial extravagante em comparação com a prática mais em uso nas democracias capitalistas, gastos incontrolados das estatais deficitárias, representações mais numerosas e onerosas do que simplesmente úteis ora em expedições transitórias ora em residências permanentes no exterior etc., sem falar nas empresas que não pagam à Previdência Social um dinheiro recolhido ou não, aquele que falta aos Postos de Saúde: aqui também, será que a Filosofia nada tem a dizer senão esperar o perdão dum ministro bem disposto em relação aos amigos? Se a política é a arte de levantar publicamente falsos problemas para ocultar a maneira secreta de se resolver os verdadeiros, não seria papel complementar da Filosofia Social ora justificar este procedimento ou alertar sobre seus inconvenientes? Qualquer boa crítica, fundada, é construtiva, pelo menos por vocação; senão o que seria filosofia social ou política, agradável divertimento, jogo de sofistas, simplesmente um pouco alienado?

Estas páginas, que são mais de questionamento do que de respostas, almejam apenas convencer que o evitamento de perguntas realmente básicas não honra necessariamente a celebrada inserção da reflexão filosófica na vida da nação e não serve necessariamente as classes humildes que nossos meios costumam celebrar. Um lógico pode reconhecer apenas os vários níveis da abstração: Há vários níveis ora para cuidar do político ora para servir à nação. Haveria de se perguntar se após uma fase de questionamento "festivo", ou "utópico", ou "referente à História Antiga", desprovida não de interesse especulativo mas de perigo concreto, porque o tempo apagou os riscos e as alternativas abertas, não se segue naturalmente para o aprendiz feitiçeiro uma inserção na sociedade vigente no quadro duma mentalidade bem mais conformada. A antítese é apenas aparente: refletir com exaltação sobre a utopia ou compactuar com a injustiça social de que o sujeito se beneficia não comporta nenhuma contradição. Após o idealismo, vem o realismo; mas não é esse pluralismo que advogamos. Favorecemos antes um pluralismo em que pelo menos a Filosofia seria capaz de ouvir uma pergunta que não brota de seu próprio mundo sistêmico. Banal, isto não é.

Não pensamos que papel da Filosofia seja reformar o mundo (estruturar algumas cabeças já é um resultado lisonjeiro); seria antes **desocultar problemas** reais, relevantes, numa profundidade que escapa aos especialistas das outras áreas. Não é surpreendente que uma nova tese explicativa do ser humano como "ser-no-mundo-do-tempo-da-história" ou "ser-para-a-morte", na honrada tradição Heideggeriana, seria acolhida sem questionamento de princípio, ao passo que críticas não oportunistas mas estruturais, sobre assuntos que tocam em miúdo o que significam as expressões precedentes citadas, passariam despercebidas, senão suspeitas, e isto numa cultura que proclama, mais do que qualquer outra do passado, que a Filosofia, como o conjunto da cultura, não é puro diletantismo contemplativo, mas atuação profícua para a fase atual pela qual passa o Povo ?

Muito se tem discutido, em Filosofia Política, durante séculos, as justificações e os mecanismos teóricos dos sistemas democráticos ou representativos, na convicção ou pressuposição de que os eleitos do povo representam autenticamente seus interesses legítimos (sabemos que Rousseau e alguns outros se opuseram a esta idéia de representatividade, mas não podemos entrar aqui no detalhe das teorias). À luz da História recente ou atual do País, dever-se-ia examinar outro assunto: as relações que existem de fato entre as decisões ou indecisões dos parlamentares e os óbvios interesses da nação como conjunto (para não falarmos dos pobres em particular). Em que medida os nobres mandarins da Câmara Municipal de São Paulo que ganham mais de trinta milhões de cruzeiros por mês representam autenticamente as necessidades do povo desta capital? O voto do analfabeto em nada vai simplificar, como todos sabem e poucos dizem. A manutenção da posição teórica (isto é, seu não exame, apenas

isto) segundo a qual os posicionamentos dos eleitos da Nação representam adequadamente os interesses ou as necessidades da nação serve de fato interesse que não coincidem necessariamente com os interesses da Nação (nem falamos das necessidades dos "Pobres", quanto ao conceito de "País" ele arrisca alienar neste conceito pela sua própria ambivalência). Esse não é o menor obstáculo concreto que impede a ciência política (ou a Filosofia Social) de se tornar mais evidentemente contributo efetivo à melhoria da vida dos populares e à prosperidade da nação.

II. PROSPECTIVA DE PESQUISA

3. Lógica dos sistemas político-sociais

A Lógica, parte tradicional da Filosofia, conheceu dobramentos notáveis na Matemática, na Lingüística, na Retórica; não seria conveniente de se pensar em desenvolvimento especiais na Lógica da vida social, sem ameaçar a liberdade de ninguém e sem repetir simplesmente a tarefa da sociologia? De qualquer maneira, da Filosofia como da Religião não é abusivo pedir esforço de objetividade e serenidade. Ao se tratar das transnacionais, por exemplo, as brasileiras são de essências diversa? Por quê? Ao tentar o balanço da nocividade deste tipo de entidade, não seria justo deduzir os benefícios que trazem também nos países em que escolhem investir (os países em que deixam de investir não são de fato miseráveis?). Pode-se imaginar uma filosofia da autarquia, mas só será benéfica e esclarecedora se for estrutural, objetiva, abstrata das emoções vinculadas a casos de espécie. Quanto à freqüente reivindicação da soberania nacional, há indícios para pensar que seja mais invocada para proteger interesses privados do que para defender o território de injusto agressor. De qualquer maneira, não seria o papel das elites do povo elaborarem leis (e prévia Constituição) que protegessem os legítimos interesses da nação? Não parece a priori abusivo que justas leis sejam aplicadas. Quando textos da CNBB evocam "O Regime que foi imposto" ao País ou à Nação ou ao Povo, ou declarações dos governos da Revolução de 64 a respeito das "Condições Internacionais Desfavoráveis" ao País (condições de mercado, de juros, de crise petrolífera ...) que lhe teriam sido impostas, o objetivo é claramente idêntico, o de exonerar a comunidade em nome de que falam estes textos (e sobretudo seus chefes) de toda e qualquer responsabilidade pelos fatores negativos que estavam em evidência. Nada mais lógico em tese, mas a análise sistêmica deve ser mais abrangente. A generosidade nacional dos poderes públicos com o dinheiro público chega a ser espantosa mesmo num país tão rico quanto os Estados Unidos ou o Brasil. Em São Paulo, Capital, uma explosão ocorreu em 9 de junho de 1985 numa oficina privada de fogos de artifícios (não reconhecida de utilidade pública) funcionando ilegalmente em lugar impróprio e centro urbano; o se-

cretário das Administrações Regionais, Sr. Sampaio Dória, considerou seriamente a eventualidade da indenização dos cinco mortos e pelo menos vinte feridos (*Folha de S. Paulo*, 11 de junho). Não deviam os guardas municipais ter evitado esta catástrofe, ainda que num domingo e em lugar secreto? Que pensar da "ajuda" externa a um País que administra de tal maneira o dinheiro público? Ou será que entre as vítimas houve algum parente de algum funcionário da Câmara Municipal? O Brasil daria em prestado vultosas importâncias a um país africano sem sequer se certificar que o uso não seria abusivo?

Em perspectivas programáticas, vemos portanto com bons olhos, na área da Filosofia Social e Política, novas tentativas de elaboração de LÓGICA DOS SISTEMAS que tentasse desocultar as coerências, afinidades, tropismos e fatalidades que os interesses tendem a esconder. Não é sempre a ciência uma conquista sobre o terreno que parecia do DESTINO? A inflação, por exemplo, acarreta tal e tal conseqüências econômico-sociais; a democracia pluralista, por sua vez, exige respeitar certas normas da ética. Poder-se-ia observar que tais estudos supõem intromissão na área econômica ou de politicologia ou de sociologia; respondemos desconhecendo como fazer Filosofia hoje em dia sem colaborar de muito perto com pelo menos uma disciplina das ciências exatas ou humanas. Não nos escapa tampouco que vários segmentos de pretendidos cientistas sociais, sociólogos e economistas sobretudo, mais têm a ver com ideologia oculta do que com ciência da observação, para não falar da piada dos etnólogos que queriam nos fazer acreditar que todas as culturas se valem. Quando um filósofo se recusa a colaborar com outras disciplinas, colabora pelo menos com a poesia, a menos que seja instrumentalizado por alguma ideologia que ele desconhece. O que mais se opõe à ciência e à filosofia não é a ignorância mas o preconceito, que veta a consideração de uma proposição ou hipótese porque preferimos referi-la a uma etiqueta que não é de nosso agrado, em vez de simplesmente nos confrontarmos com a realidade observável ou o raciocínio lógico.

4. Democratização e mediação social

Helio Jaguaribe definiu cinco requisitos cumulativos que gerariam um processo de democratização: "1) Modificação nas relações de força entre as classes sociais, em benefício das inferiores" (Brasil, Sociedade Democrática, Rio de Janeiro, José Olympio, 1985, p. 436). O distanciamento entre categorias sociais no Brasil ainda se compara mais com os países da "nomeklatura" marxista ou dos cheiks do petróleo do que com o relativo igualitarismo das democracias desenvolvidas." 2) Incremento da competitividade da elite. "Por isso deve ser menos protegida: está ultra-protegida no Brasil. Quando houver real competitividade, o país não precisará mais ser um dos mais protecionistas do mundo." 3) Desenvolvimento, na cultu-

ra política de uma sociedade, do princípio de que a legitimidade do poder depende do consentimento dos governados, com a correspondente socialização e internalização desse princípio." Assunto hoje discutido é o ponto de saber até que ponto a vítima, seja ela povo, colabora inconscientemente com seu carrasco; o masoquismo não é um mito. "Diretas já": Assunto quase esgotado; como fica a prática? " 4) Emergência de líderes carismáticos, nos momentos mais delicados de transição de um estágio para outro do processo de democratização." Um dos males evidentes da América Latina é sua necessidade doentia de líderes carismáticos, em detrimento de planos racionalmente discutidos por pessoas competentes e decididos por pessoas qualificadas e representativas dos interesses de todos. "5) Apropriada correspondência entre o nível de democracia vigente na sociedade civil e o vigente no sistema político." O tipo de política que ocorre comumente na América Latina dá medo ao democrata avisado. Muitos são que acham que se deve reforçar este tipo de conchavos politizantes em torno de superpersonalidades carismáticas que drenam votos de alfabetos e analfabetos. A Filosofia social não teria sugestões alternativas que proporcionassem maior descentralização da sociedade civil por volta da responsabilização de todo cidadão?

Filosofia social, para nós, é menos fábrica de utopia do que reflexão crítica sobre ocorrências pragmáticas, o real, o existente, o dado como está. Filosofia deve partir do real e não do imaginário, é pelo menos uma opção que assumimos. Parece simples, mas em nós algo prefere o irreal do sonho ao humilde esforço destinado a melhorar aos poucos as condições de vida de muitos: O "tudo ou nada" é carisma de místico, doença de nevrota ou tara de intelectualóide. Concordamos com Michael Novak: "O capitalismo democrático tem sido ao longo de dois séculos uma questão mais de prática que de teoria. Após os cismas e amarguras das guerras de religião do século XVII, escritores como Montesquieu, Smith e Madison desejaram evitar disputas teológicas. Estavam ansiosos por descrever métodos de colaboração que não requeressem acordo metafísico precedente. Eles procuraram, na medida do possível, inventar métodos de compromisso e ajuste (*O Espírito do Capitalismo Democrático*, Rio de Janeiro, Nordica, 1985, p. 20). O radicalismo agrada a mente esteta, mas serve às massas? Para elas, não é resultado que importa, pão, trabalho, moradia, educação, saúde, transporte? Estes frutos mais vêm de lentos ajustes do que de casuísmos políticos ou de saborosas excentricidades.

A Filosofia Social e Política concentrou-se muito, a partir do século XVIII, em volta dos mesmos problemas; alguns séculos a mais de História ensinam que outros assuntos merecem também exame, e não apenas circunstancial ou confidencial. Dentre a opção, contestável como qualquer opção política, da democracia (e de determinado tipo de democracia quando todos se dizem democratas), haveria de se examinar melhor a

relação do “Povo” com seus dirigentes. Durante mais de vinte anos ouvimos expor com amplo consenso que as opções dos governantes (militares, ainda que com subordinados civis dotados de amplos poderes, sobretudo no campo econômico) não exprimiam a vontade popular. E o parlamento ? Os parlamentares (menos alguns heróis exilados) nunca deixaram: 1) de falar, 2) de receber altos salários e outras mordomias, 3) de se locomover à vontade. Como a Nova República pode admitir o “voto pelo líder da bancada” tão pouco justificável em doutrina democrática ? E como justificar as ausências habituais, ainda que a pauta indicasse para a discussão e votação textos de interesse para a nação ?

Outra forma de mediação social nos preocupa, o poder da informação (liberdade absolutamente fundamental na base do edifício das liberdades e direitos), diante da vontade de muitos para mudar, num sentido que receamos seja muito pior. As tentativas de filtrar (censurar) as verdades sempre decepcionaram; o que vale é apenas multiplicar as fontes de expressão.

A questão dos intermédios (e das intermediações) não diz apenas respeito à ordem política (civil), mas atinge a ordem religiosa, ainda que de outra maneira. Para a religião, mais ainda do que na ordem civil, a multiplicação dos intermediários ameaça restringir a transparência e imediatez das relações com o transcendente, assim como dê suspeita sobre a fidelidade e limpidez das conexões. Nas mediações, há sempre lugar para infiltração humana e consolidação institucional da vontade de poder. Por outro lado, a mediação (quantas vezes os católicos repetiram isto aos protestantes) condiz com nossa condição encarnada e social: a riqueza da vinculação traduz normalmente uma alta sociabilidade, que sabe diferenciar os elementos de seu tecido ao reforçar os laços da solidariedade corporativa. O Espírito Santo, de que todo crente sabe que une, reforça a personalização diferencial de cada um.

Sobremaneira, quando tratada por jovens, a crítica social exige cuidado para alcançar o nível onde adquire honorabilidade, relevância, fecundidade. O universo emotivo do jovem o projeta facilmente num mundo de fantasmagorias à luz do qual o real só pode parecer caduco. Comparar realizações com ideais, puramente mentais, não chega a convencer de que o melhor vai chegar. Sonhar com um mundo de paz e felicidade é fácil se se deixa de lado o único problema real que é da passagem do péssimo ou medíocre para algo melhor. Desarmar é fácil, mas **que tipo de paz** o adversário que não desarma vai logo nos impor ? Não haverá no inferno uma biblioteca-videotape das utopias maravilhosas ? Julgar um ancião por suas parcas realizações e um jovem pela grandiosidade de seus projetos não revela alto sentido de realismo e equidade: a mesma observação vale a nível de comunidade etária. Esses jovens não serão também, isto é, como seus pais, aqueles que um dia vão deixar para seus filhos um mundo inquieto,

injusto, perturbado, infeliz? Donde vem sua convicção do contrário? Se a Filosofia Social se confundir com belos sentimentos ou estética social, de pouco adiantará para a comunidade à serviço da qual pretende pensar, criticar, planejar. Neste campo, procurando o essencial, como deixar de lado a questão dos direitos humanos?

III. PROBLEMÁTICA CRÍTICA DOS DIREITOS

5. Direitos subjetivos: quem não conhece, quem é contra?

Uma parte da escola analítica da linguagem, na Inglaterra, suspeita de "non-sense" (é curioso que esta palavra não tenha correspondente em português; contra-senso ou absurdo são outras realidades) de **meaningless**, os direitos humanos subjetivos que tanto nos fazem falar, e chegam a motivar almas generosas para o bem (é verdade que se suspeitou até **Amnesty Internacional** de parcialidade). Vários juristas e, mais ainda, historiadores do direito ou filósofos do direito, dificilmente encontram sentido pertinente às declarações dos direitos do homem. Entretanto, sem elas, a História seria provavelmente pior. A História não é feita apenas de eventos racionalmente explicáveis: não somos maus caracteres ao ponto de recusar a ajuda do pouco racional. Para uma crítica impiedosa da matéria, remetemos o leitor ao livro de Michel Villey, **Le droit et les droits de l'homme** (PUF, 1983), que não se parece com uma glosa moralizante sobre melodia conhecida.

Quando passou da pura especulação filosófica a texto com premissões jurídicas, pelo ano 1776, com a **Declaração dos Direitos** nos Estados Unidos, um passo decisivo foi acertado no evento da modernidade. Esta arma foi elaborada, cada vez, "em defesa", diante de perigos bem definidos: em 1789, no quadro francês, contra o pretensão absolutismo da monarquia capetiana; em 1948, no quadro da ONU, contra os fantasmas do nazismo. Stálin nunca ratificou, nem a URSS se considera obrigada a pautar sua política interna sobre estas elevadas considerações ocidentais. A tendência Latino-Americana do Brasil ou da Argentina é também de considerar a questão dos direitos humanos um assunto nacional que não admite interferências estrangeiras. Então, será isto matéria de direito (pelo menos de direito internacional, já que direito sem exequibilidade não é direito jurídico)? E se o Estado é senhor do direito interno, o que sobra do direito natural a não ser uma aspiração ética? A URSS assinou os famosos tratados de Helsinkí, de mesmo sabor, mas sem mudar sua posição de irresponsabilidade internacional quanto ao seguimento. Hospitais psiquiátricos continuam a abrigar dissidentes políticos cujos crimes de pensamento nos parecem ligeiros. O que sobra em matéria de constrangimento para a execução? Apenas o peso que os

dirigentes de um país concedem à opinião pública (de fora, no caso da URSS).

Burke, um dos primeiros pensadores a conceder dúvidas quanto ao fundamento real de tais direitos não foi fascista, combateu de fato o colonialismo inglês e defendeu os índios dos Estados Unidos. Jeremy Bentham, na mesma época (Revolucionária) achou também que os "Direitos do homem eram suaves nonsenses", posicionamento compartilhado pelo Papa Pio VI (Papa de 1775 a 1799) que qualificou os 17 artigos da Declaração francesa dos direitos "contrários à religião e à sociedade". Os últimos Papas mudaram a posição oficial de Roma, mas os precedentes estavam em boa companhia: o ilustre filósofo italiano B. Croce achava também "inepta" a declaração dos direitos da ONU, de 1948. De qualquer maneira o tratamento atual dado aos direitos, por equitativo que seja, é geralmente mais emocional do que antropológicamente fundamentado. Não insinuaremos que um argumento duvidoso não possa acarretar não apenas votos mas ainda bons frutos sociais, como parece ser o caso. A glosa idealista, porém, não substitui a crítica filosófica, notadamente a respeito da concepção híbrida, confusa, bastarda, dos direitos, que talvez chega à quase unanimidade sobre a base de bastante ambigüidade, muito resta por fazer.

Os frutos positivos da Revolução Francesa não escondem suas falhas inclusive nas observações penetrantes do francês Alexis de Tocqueville e do britânico Edmund Burke. As **Reflexões sobre a Revolução em França** (1790; trad. Un. Brasília, 1982, p. 88-90) deste último culminam num trecho "sobre os verdadeiros direitos do homem" de picante atualidade. A "convenção social" não deve ser entendida no sentido da filosofia do século XVIII, mas no sentido atual de pacto implícito da convivência em sociedade. Admitimos também que a natureza (social) do homem pré-existe à qualquer determinação histórica deste pacto social, o que não parece nos pressupostos de Burke. De qualquer maneira ele escreveu: "Como pode o homem reivindicar, em nome das convenções da sociedade civil, direitos cuja existência é questionável ? Direitos que são absolutamente incompatíveis com a própria sociedade civil ? Uma das primeiras razões de ser da sociedade civil, e que se tornou uma de suas regras principais, é a de que nenhum homem pode ser juiz de sua própria causa... A fim de obter justiça, desiste do direito de determinar quais de seus pontos se lhe configuram os mais essenciais. A fim de assegurar alguma liberdade, entrega-a inteira em confiança à sociedade.". Temos hoje algumas razões para não confiar tanto na bondade da sociedade e de seus representantes, no seu senso de justiça, mas, na globalidade social, permanece algo justo no reparo que somos juízes de nossos interesses, não de nossos direitos. A determinação de um direito nunca se determina no absoluto individual, mas na configuração do todo social, por respeitável que seja o indivíduo

(neste ponto remetemos ao último capítulo da **Sociologia da Cultura** de Karl Mannheim, S. P., Ed. Perspectiva, 1974).

A conscientização coletiva, porém, pode sugerir a validade dum combate em prol de certos "Direitos" solicitados, que a situação sócio-econômica viria a permitir, propiciar ou até exigir dentro de suas capacidades. O próprio Burke admite: "O governo não foi criado em virtude dos direitos naturais, que podem existir e em verdade existem independentemente dele... O Governo é uma invenção da sabedoria humana para atender às necessidades humanas. Os homens têm o direito a que essas necessidades lhes sejam satisfeitas por meio daquela sabedoria." Em seguida, este trecho capital: "Os direitos dos homens compreendem tanto suas liberdades quanto as restrições que lhes são impostas. Contudo, com as liberdades e as restrições variam conforme os tempos e as circunstâncias e admitem infinitas modificações, elas não podem ser fixadas mediante o estabelecimento de algum princípio abstrato; e torna-se absolutamente leviano discuti-las tendo por base tal princípio." E vem o realismo do verdadeiro filósofo: "De que adianta discutir o direito abstrato à alimentação ou aos medicamentos? A questão coloca-se em **encontrar o método, pelo qual fornecê-la ou ministrá-los. Nessa deliberação aconselharei sempre a que busquem a ajuda de um agricultor ou de um médico, e não a de um professor de metafísica.**" Dois séculos após a redação destas últimas linhas, a mesmíssima tese está sendo defendida, com razão a nosso ver, pela escola norte-americana de renovação da ética católica.

Não seria oportuno pôr mais ciência econômica em nossas discussões de sociologia econômica ou política? "Ciências Políticas? Mas o sr. sabe que nossos economistas, jornalistas e professores, se digladiam dentro e fora do poder; aqueles que pretendem seguir normas austeras e tancredistas de economia e poupança são acusados de serem horrorosos monetaristas conservadores, ao passo que os outros bem se parecem como pródigos com verbas que não possuem, prontos para disparar ora com as dívidas externas e internas, ora com a inflação pelo engrossamento do meio circulante." Segundo declaração do "Espaço democrático" do PDT T. (publicação de 17-23 de maio de 1985), "chegou a vez dos analfabetos. Eles vão decidir as eleições de novembro"; é muito feliz, já que os entendidos não sabem como resolver os problemas. Se Filosofia social constitui um meio a mais para burlar as necessidades dos pobres em cima de retórica sobre seu miserabilismo, melhor seria esquecê-la. Como notou Helio Jaguaribe, "o País deixou que se abrisse um profundo abismo entre as grandes massas vivendo em padrões asiáticos, e a classe média e a burguesia, vivendo em padrões ocidentais" (**Folha de SP 2-6-85**). Miséria Asiática e prosperidade do capitalismo ocidental cruzam-se todos os dias no espaço livre das capitais brasileiras, ou, melhor, poderiam, se os espaços de vivência não fossem na realidade bem distintos. Quem elabora o pensa-

mento político e filosófico não costuma ser o pobre, mas honrosos candidatos da classe média para cima. Se nem o alfabeto costuma ler, como informar o analfabeto dos complexos dados dos problemas que lhe é pedido resolver? Alguns textos confundem estranhamente o conhecimento das seqüelas da crise econômico-financeira e o conhecimento das causas que prepara a escolha dos remédios. E. Burke já escrevia: "A ciência de construir o bem-estar da nação, ou de renová-lo, não se aprende *a priori*. Nem tampouco uma curta experiência poderá instruir-nos sobre essa ciência prática; porque os efeitos reais das causas morais nem sempre são imediatos. Há usualmente, nos Estados, causas obscuras e quase latentes, coisa que a princípio parecem de pouca importância ou momentâneas, das quais dependem, entretanto, uma parte muito grande de sua prosperidade ou adversidade... Os direitos primitivos do homem experimentam tal variedade de refrações e reflexos, que se torna absurdo discuti-los como se continuassem na simplicidade de sua direção original. A natureza do homem é complicada; os objetivos da sociedade são da maior complexidade possível..." E nada se simplificou nisso dois séculos depois, tampouco com a proliferação dos "novos direitos".

6. Entretanto, os direitos são instrumentos aproveitáveis

A literatura acerca dos direitos em nosso século é tão agressiva e intransigente sobre os princípios que ela evoca para sua fundamentação quanto omissa sobre as questões de exequibilidade que definiram suas fronteiras objetivas, viabilizando seu exercício, sancionando sua não observação. Quando falta o específico, submergem o terreno as vagas da ideologia mais sublime do que convincente. O filósofo social mais inclinado à emoção do que à fria argumentação deveria tentar sua chance na estética. A inteligibilidade do real vai além de nossa própria racionalidade.

Os "Direitos Humanos" são produção cultural e não frutos naturais. Dependem em substância e limites do estágio e das condições da sociedade vigente, não podendo ser válidos da mesma maneira para todos os tempos e lugares, o que não deixa de nos confrontar com sérias dificuldades na época das comunicações quase imediatas. Quando pretendem esmiuçar-se numa série de direitos que se "subjettivos", passariam a "objetivos", isto é, exequíveis e exigíveis perante os poderes públicos. Há poucas evidências que dispensam o debate. É esta passagem que merece ser analisada de mais perto, em vez de se investir exageradamente no alongamento literário de listas polêmicas das exigências que cada categoria de cidadãos apresentam aos dirigentes de todos os escalões. Não apenas as liberdades-direitos (minha liberdade comporta os limites impostos pelo exercício das liberdades dos outros), mas também e sobretudo os "Direitos-exigên-

cias de Prestações”, os chamados direitos econômicos ou sócio-econômicos, **são essencialmente conflituais entre si**. Determinada sociedade possui limitada capacidade para atender a certo montante destes direitos alternativos (reduzidos nos EE.UU. pelo governo Reagan, não sem contestações); não pode atender liberalmente a todas as pretensões de todos os reclamantes. A maneira mais infuca que se possa resolver o problema é atender primeiro os amigos e parentes, à medida que cheguem seus pedidos, e ver o que sobra: cessou a preferência nacional por este sistema? Responda o que continuamos a saber sobre fraudes, mordomias, cirurgias onerosas pagas no exterior com a devida comitiva. A única maneira nacional e justa de resolver problemas de direitos é a global: somar as necessidades, hierarquizar as urgências, escolher uma visão de conjunto. Nesta ordem a fome de alguns passa antes do incoercível pendor de outros para as viagens de luxo sob qualquer pretexto. Mas o que a reflexão científica ou pelo menos acadêmica tem a ver com as práticas, o Ethos vivenciado? Eis precisamente nosso problema. Merenda escolar, leite para nenês famintos, postos de saúde para mães sobrecarregadas, podem entrar na reflexão não como ocorrências soltas, mas como fatores sistêmicos. Destartes que será o assunto sério o bastante para o filósofo? Platão e outros preocupavam-se com equilíbrio demográfico. O poder dos antigos romanos não lhes veio primeiro por saber ordenar belos discursos, mas por saber administrar o concreto, isto é, examinar, escolher e implantar. O que é problema para a filosofia? Pôr no papel as equações sociais supõe investigar em raízes antropológicas e aquilo que parecia como arar o oceano talvez acabe revelando maior estruturalidade no Ethos.

Além dos direitos estritos da “vida-comida-saúde”, cujos próprios limites são mais fluentes do que se reconhece teoricamente (mas a prática não segue o ilusório igualitarismo da teoria), a repartição dos direitos em determinada sociedade se parece com o partilhar de um bolo na família, mais do que com a aplicação de princípios derivados de conceitos. Eles mesmos gerados pelas doutrinas em uso. Em época preparatória à Assembléia Constituinte, seja-nos permitido evocar o bonito preâmbulo da famosa declaração de 1789: “Os representantes do Povo, constituídos em Assembléia Nacional, considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos governos, resolveram expor, numa declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, constantemente presente a todos os membros do corpo social, lembre-lhes sem cessar seus direitos e deveres, a fim que os atos do poder legislativo e do poder executivo podendo ser a cada instante comparados com o fim de toda a instituição política, sejam mais respeitados; a fim que as reclamações dos cidadãos, doravante fundamentados sobre princípios simples e incontestáveis, contribuam sempre para a manutenção da Constituição e a felicidade de todos: “Apesar de sua retórica um tanto ingênua,

um grande ideal para colocar ordem e justiça no futuro duma nação e, quem sabe, da humanidade.

Lemos no artigo do mesmo texto a determinação destes “Direitos naturais e imprescindíveis do homem”. A lista, neste fim do século XVIII, ainda é modesta, em comparação com nossa própria pauta de reivindicações da tribo. Vejamos: “Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.” Vale a intenção dos idealistas, vale a letra dos textos discutidos e solenemente assinados, mais vale ainda a maneira de aplicar a letra: segundo o espírito do ethos que pode se distanciar do manifesto espírito da letra. Liberdade? O que significa sem a cabeça sobre os ombros? Propriedade? O que sobra dela após as retiradas devidas à solidariedade no bem comum? Segurança? Como fica quando o indivíduo mergulha numa massa faminta? Resistência? Quem vai medir quando e até onde a lei deve ser contornada, ignorada ou oposta? isto é, os direitos humanos foram refletidos por filósofos do século XVIII para solucionar alguns problemas sérios que eles encontraram, mas por sua vez a prática da aplicação (que nunca pode olvidar o empecilho da exceção) choca-se com outros tantos problemas não menos sérios. Direito do homem: de que homem? em que partilha dos direitos? Observou-se a expressão **jura Hominum**, no sentido de direito natural subjetivo, apareceu pela primeira vez com Volmerus, autor da **História diplomática rerum bataviarum** (col. 4759), de 1537. Foi um achado muito grande, de prestigioso destino por parte de um autor tão discreto que está hoje totalmente esquecido. Mas quem pretende que a vaidade constitua um direito natural para o qual valesse lutar?

Um ilustre jurista europeu que, no caso, prefere o anonimato, descrente por acréscimo, nos propõe este epílogo: “O Cristianismo uma vez morto, desaparecida a sabedoria antiga, minha reflexão sobre os direitos me levou à convicção que é preciso restituir a nossas sociedades pós-industriais um substituto à religião: A religião dos direitos do homem.” Perfeitamente, mas como fundamentar o direito do nascituro a viver? Apenas perguntamos: “Alguém conhece um meio para fazer a URSS, que usa a problemática dos direitos para enfraquecer o terreno que sabe que, cedo ou tarde, vai conquistar, com a devida paciência, aplicar ela mesma, para seus residentes, o que nós chamamos **Direitos Humanos**, naturais ou não?” Na lógica própria ao animal humano, este pequeno obstáculo não impede que milhares de ocidentais, que milhões de herdeiros da civilização cristã, aspirem ao socialismo marxista como ao Éden prometido pelos deuses ou pelo menos por seu imaginário coletivo. Isto levaria a perguntar de novo em que consiste um direito humano abstratamente proclamado. Não responderemos “tudo ou nada”, mas muito ou muito pouco. Queremos glorificar o **HOMEM DE NOSSO IMAGINÁRIO**, de nosso inconsciente, de nossa ideologia ou religião, ou ajudar seres humanos reais a viverem melhor?

Examinamos porque os direitos humanos não são imediatamente direito positivo líquido; vimos que inúmeros países assinam com certa facilidade declarações, sem se preocupar, nem um pouco, com seu posterior cumprimento ou implementação. Não sendo exigência líquida, será que o "ideal" dos direitos é simples miragem para contentar a parte da população de grande sensibilidade e voz alta? Sejamos práticos, o instrumento existe (e as propagandas comerciais provam a qualidade do produto? Limitam-se a motivar a compra). A teoria ou o movimento dos direitos humanos é bom enquanto serve o bem das pessoas necessitadas e não suscitam apenas efeitos de comércio. O ideal moral tem de se refletir nas águas onde vivemos: não apenas como um sublime Himalaia enevoadado, para se contemplar de longe, mas como energia mental que anima aqueles que andam ou se perguntam se vale a pena andar. "Em ética, em política e em psiquiatria, os peritos são úteis apenas como fontes de informação" escreveu Thomas Szasz (no epílogo de seu livro **Law, Liberty and Psychiatry**, Nova York, 1963). Acrescentamos na lista os filósofos, como órgãos de reflexão, ora criativa ora crítica. Prossegue nosso psiquiatra inconformado: "Podem aconselhar ou informar uma sociedade, mas não a podem governar." Vale por um adeus a Platão, não a Aristóteles.